



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901.3108
- PROTOCOLO -

**NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU – O PROPRIETÁRIO OU TITULAR DE DIREITO REAL
QUE CEDER GRATUITAMENTE O IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DE
QUAISQUER SERVIÇOS DO MUNICÍPIO**

Formulário XVIII

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

_____, com domicílio à
rua/av _____ nº _____
conjunto _____ bloco _____ Qd. _____ bairro _____
fone _____ celular _____ em _____,

brasileiro (a), estado civil _____ nos termos do artigo 36, I, da Lei
Complementar nº. 199 de 21 dezembro de 2004, que concede **NÃO INCIDÊNCIA DO
IPTU – O PROPRIETÁRIO OU TITULAR DE DIREITO REAL QUE CEDER
GRATUITAMENTE O IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DE QUAISQUER
SERVIÇOS DO MUNICÍPIO**, vem requerer, respeitosamente a V. Sr.^a, se digne
outorgar-lhe a referida não incidência.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, ____ de _____ de _____.

Contribuinte ou Representante Legal
CPF:

➤ Documentos Necessários

XVIII. NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU – O PROPRIETÁRIO OU TITULAR DE DIREITO REAL QUE CEDER GRATUITAMENTE O IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DE QUAISQUER SERVIÇOS DO MUNICÍPIO RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS CEDIDOS E ENQUANTO ESTIVEREM OCUPADOS PELOS CITADOS SERVIÇOS – art. 36, I da LC 199/04:

- a) Requerimento específico;
- b) Documentos pessoais do requerente habilitado;
- c) Atos constitutivos, compostos de contrato ou estatuto sociais e alterações, registrados no órgão competente ou lei de criação quando se tratar de órgão público;
- d) Documento comprobatório da propriedade do imóvel;
- e) Termo de cessão gratuita, entre o proprietário/titular do imóvel e Prefeitura do Município de Porto Velho;
- f) Taxa de abertura de processo, devidamente paga.

➤ OBS:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.